



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

Relatório e Contas 2017



Handwritten signature in blue ink, possibly reading "João Vitor" and "A.P."

Relatório da Direção

Reunida a Direção do Centro Assistência Paroquial de Caria, procedeu-se à análise das contas referentes ao exercício findo.

É da nossa responsabilidade a apresentação das demonstrações financeiras e que estas apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição e o resultado das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para este tipo de entidades, aplicados de forma consistente entre os exercícios, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

O relatório da direção e planos de atividade é apresentado em documento autónomo.

As contas que apresentamos neste documento foram elaboradas pelo Contabilista Certificado, com base nos elementos disponibilizados pelos serviços da Instituição.

De referir:

1. Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício não existiram factos dignos de relato.

2. Proposta de aplicação de resultados

A Direção propõe ao Conselho Geral que os resultados líquidos negativos no montante de € 45.421,49 sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

3. Dívidas ao Estado

A Instituição não tem dívidas em mora para com a Segurança Social, nem para com as Finanças.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

4. Agradecimentos

Gostaríamos ainda de deixar uma palavra de agradecimento a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e instituições financeiras, que em 2017 contribuíram para o desempenho e desenvolvimento da Instituição.

Covilhã, 29 de março de 2018

A Direção,

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'V.B.' and '91']

Introdução

Prestar contas é o ato de relatar aos interessados, diretos e indiretos, a atividade da instituição no decurso de um ano. Trata-se de uma obrigação legal através da qual se avalia e justifica o dia-a-dia da entidade, a materialização dos objetivos traçados, até à justificação da execução financeira referente ao ano em relato.

A especificidade da atividade, muito exposta a financiamentos públicos, limita particularmente a sua ação, mas, por outro lado, dá uma responsabilidade acrescida na hora de prestar contas, pois trata-se de gerir dinheiros públicos.

As demonstrações financeiras são uma representação estruturada da posição e do desempenho financeiro de uma entidade. O objetivo das demonstrações financeiras de finalidades gerais é o de proporcionar informação acerca da posição e desempenho financeiro e dos fluxos de caixa, que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões. As demonstrações financeiras também mostram os resultados da condução por parte da direcção dos recursos a ela confiados. Para satisfazer este objetivo, as demonstrações financeiras proporcionam informação da instituição acerca do seguinte:

- a) Ativos;
- b) Passivos;
- c) Fundos patrimoniais;
- d) Rendimentos (réditos);
- e) Gastos e
- f) Outras alterações nos fundos patrimoniais.

Esta informação, juntamente com outra incluída nas notas do anexo, ajuda os utentes das demonstrações financeiras a prever os futuros fluxos de caixa da entidade e, em particular, a sua tempestividade e certeza.

A entidade está obrigada a um conjunto completo de demonstrações financeiras que inclui:

- a) Balanço;
- b) Demonstração dos resultados por natureza
- c) Demonstração de resultados por Valências
- d) Demonstração de fluxos de caixa,
- e) Um anexo em que se divulgam as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras

divulgações exigidas pela NCRF-ESNL.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Pressupostos subjacentes às DF's:

Regime do acréscimo - Os efeitos das operações serem reconhecidos nos períodos em que ocorrem, sendo registados nas DF dos períodos respetivos e não quando ocorrem recebimentos e pagamentos.

Continuidade - Pressupõe-se, na preparação das DF, que a instituição opera em continuidade no presente e futuro previsível, não se prevendo qualquer redução drástica ao nível do volume das operações, nem interrupções súbitas, prolongadas, ou irreversíveis na sua atividade operacional

Características qualitativas das DF:

Compreensibilidade - A preparação das DF tem como base a necessidade de prestar informação rapidamente apreendida pelos interessados – compreensível

Relevância - A materialidade é uma característica que afeta a relevância da informação, esta além de estar associada à natureza das informações dadas, está muito dependente da materialidade. À luz do princípio da materialidade, é material o procedimento ou valor que, evidenciado, omitido ou distorcido, pode alterar o fundamento do juízo que o utente da informação pode fazer sobre o valor da entidade e suas tendências, considerando os montantes envolvidos tendo por base a própria demonstração financeira.

Assim, eventuais erros de valores contabilísticos inexpressivos considerando o todo, o princípio da materialidade não obriga a nenhuma reserva ou ênfase.

No entanto, a qualidade da informação não se obriga apenas ao princípio da materialidade, mas também da relevância, estando neste caso em causa a influência que a informação financeira pode ter na hora do utilizador da informação ter de tomar determinadas decisões.

Fiabilidade - Visa isentar as DF de erros, lacunas, imprecisões e preconceitos que afetem a correta informação aos utentes interessados. Pretende-se com este princípio que as DF sejam dignas de confiança

Representação fidedigna – As DF devem representar com fidelidade todos os acontecimentos e situações que afetam a composição e valor dos Ativos, Passivos e Fundos Patrimoniais.

Neutralidade e Prudência - Na preparação das DF deve ter-se como princípios, a neutralidade, de forma a tornar a informação fiável e a prudência, quanto ao grau de precaução no exercício dos juízos necessários à elaboração de estimativas ligadas à possibilidade de perdas associadas com diminuições de ativos ou aumentos de passivos.

Comparabilidade – Deve ser entendida como a característica da informação financeira em ser confrontada com os impactos financeiros de operações similares quer no tempo, quer no espaço. A comparabilidade no tempo leva a que, numa dada unidade, os factos sejam registados de forma consistente ao longo dos vários períodos. Desta forma, será possível acompanhar, durante a sua vida, a evolução e tendências na posição financeira e nos resultados das operações realizadas. A comparabilidade no espaço permite que a posição financeira e os resultados de uma



[Handwritten signatures in blue ink]

determinada unidade possam ser confrontados com unidades com atividade equivalente e analisadas no âmbito de um sector, pelo que todas deverão adotar sistemas normalizados assentes em princípios, critérios e regras comumente aceites.

Em síntese, podemos referir que estas características, aplicadas conjuntamente com regras, princípios e critérios contabilísticos adequados, permitem a obtenção de demonstrações financeiras capazes de proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das operações do fundo patrimonial.

Na nossa perspetiva, as demonstrações financeiras, além de uma obrigação legal, são também uma peça fundamental de suporte ao relatório da direção.

Neste sentido, elaborou-se o presente documento que acompanhado do relatório da direção deixamos aqui para vossa análise e discussão.

[Handwritten signature of José Damasceno]

José Damasceno

(Contabilista certificado inscrito na

Ordem dos Contabilistas Certificados sob o n.º 1589)



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.

BALANÇO EM 31/12/2017

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2017	31-12-2016
Activo			
Activo não corrente			
Investimentos Financeiros	5	5.868,66	3.309,88
Activos fixos tangíveis	3.3/4	31.883,22	25.027,41
Sub-Total		37.751,88	28.337,29
Activo corrente			
Inventários	6	2.789,98	4.516,03
Créditos a receber	3.4/9.1	8.789,03	8.217,50
Estado e outros entes públicos	3.4/11.2	5.136,31	4.868,41
Outros ativos correntes	3.4/9.1	115,77	1.942,97
Caixa e depósitos bancários	3.6/9.2	211.023,33	256.302,89
Sub-Total		227.854,42	275.847,80
Total do activo		265.606,30	304.185,09
Fundo Patrimoniais e passivo			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	11.3	38.507,20	38.507,20
Outros instrumentos de capital próprio		140.440,15	140.440,15
Resultados transitados	11.3	-16.437,50	-25.564,52
Sub-Total		162.509,85	153.382,83
Resultado líquido do período	11.3	-45.421,49	9.127,02
Total do fundo patrimonial		117.088,36	162.509,85
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	3.4/9.1	22.729,68	22.246,34
Estado e outros entes públicos	3.4/11.2	29.767,67	23.026,84
Outros passivos correntes	3.4/9.1	96.020,59	96.402,06
Total do passivo		148.517,94	141.675,24
Total do fundo social e do passivo		265.606,30	304.185,09

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS**

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados	7	499.512,23	494.193,09
Subsídios, doações e legados à exploração	8	386.010,87	373.669,86
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-122.313,17	-126.276,35
Fornecimentos e serviços externos	11.4	-141.362,74	-155.021,51
Gastos com o pessoal	10	-660.776,51	-573.130,82
Outros rendimentos	7	1.064,95	1.408,74
Outros gastos	11.5	-708,00	-650,53
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-38.572,37	14.192,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-6.849,12	-5.065,46
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-45.421,49	9.127,02
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		-45.421,49	9.127,02
Resultado líquido do período		-45.421,49	9.127,02

Demonstração das alterações fundo patrimonial no período de 2016

Descrição	Fundo patrimonial	Resultados transitados	Outras variações fundo social	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2015	38.507,20	140.440,15	-62.680,55	-9.261,63	107.005,17
Resultado exercício de 2015			37.116,03	9.261,63	46.377,66
Resultado exercício de 2016				9.127,02	9.127,02
Posição em 31 de Dezembro de 2016	38.507,20	140.440,15	-25.564,52	9.127,02	162.509,85

Demonstração das alterações fundo patrimonial no período de 2017

Descrição	Fundo patrimonial	Resultados transitados	Outras variações fundo social	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2016	38.507,20	140.440,15	-25.564,52	9.127,02	162.509,85
Resultado exercício de 2016			9.127,02	-9.127,02	
Resultado exercício de 2017				-45.421,49	-45.421,49
Posição em 31 de Dezembro de 2017	38.507,20	140.440,15	-16.437,50	-45.421,49	117.088,36



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	Centro Dia	Apoio Domiciliário	Semi Apoio	Lar	Creche	Jardim	ATL	Periodos	
								31-12-2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados	17.589,17	31.480,17	26.560,65	364.419,36	14.977,00	17.266,86	27.219,02	499.512,23	494.193,09
Subsídios, doações e legados à exploração	16.651,11	83.359,84	1.549,88	119.303,43	80.044,88	64.581,89	20.519,84	386.010,87	373.669,86
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-13.897,73	-34.574,12	-10.451,22	-39.460,85	-7.503,25	-9.536,17	-6.889,84	-122.313,17	-126.276,35
Fornecimentos e serviços externos	-23.641,53	-10.702,88	-8.692,55	-71.735,56	-9.412,18	-9.408,73	-7.769,31	-141.362,74	-155.021,51
Gastos com o pessoal	-25.580,59	-64.367,42	-11.528,10	-376.707,10	-75.412,70	-78.948,59	-28.232,02	-660.776,51	-573.130,82
Outros rendimentos				386,76	185,25	94,75	398,19	1.064,95	1.408,74
Outros gastos	-37,77	-37,75	-37,77	-499,93	-31,59	-31,60	-31,59	-708,00	-650,53
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-28.917,34	5.157,85	-2.599,11	-4.293,89	2.847,41	-15.981,59	5.214,29	-38.572,37	14.192,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-980,76	-978,06	-978,06	-978,06	-978,06	-978,06	-978,06	-6.849,12	-5.065,46
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-29.898,10	4.179,79	-3.577,17	-5.271,95	1.869,35	-16.959,65	4.236,23	-45.421,49	9.127,02
Juros e gastos similares suportados									
Resultado antes de impostos	-29.898,10	4.179,79	-3.577,17	-5.271,95	1.869,35	-16.959,65	4.236,23	-45.421,49	9.127,02
Resultado líquido do período	-29.898,10	4.179,79	-3.577,17	-5.271,95	1.869,35	-16.959,65	4.236,23	-45.421,49	9.127,02



[Handwritten signatures in blue ink]

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1. Designação da entidade

Centro Assistência Paroquial de Caria

1.2. Sede

Urbanização Cerca do Conde, rua do Lar
6250-111 Caria

1.3. NIPC

501636633

1.4. Natureza da atividade

O Centro Assistência Paroquial de Caria é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, com objetivos de utilidade pública., com o C.A.E. principal 88990 – Outras atividades de apoio social, sem alojamento

1.5. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013 aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 18 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF-ESNL), aprovadas pelo DL 36 A/2011.

Os instrumentos legais do SNC-ESNL são os seguintes:

- Decreto-lei 36 A/2011 de Portaria n.º 105/2011, de 9 de março (base para a apresentação das demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de contas);
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho de 2015 (Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo) que revogou o aviso 6726-B/2011 aplicável até 31/12/2015.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.



3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Centro Assistência Paroquial de Caria, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

3.2. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido pelo justo valor do montante a receber.

3.3. Ativos fixos tangíveis / intangíveis

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas são as definidas no decreto regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Encontram-se registados em investimentos financeiros:

- Fundo de compensação do trabalho para os funcionários admitidos a partir de 01/10/2013, valorizado pelo custo.
- Fundo de Reestruturação do Sector Solidário, que se destina a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das IPSS, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

Foram considerados os seguintes períodos de vida útil para cálculo das reintegrações do período:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	20 anos
Equipamento Básico	entre 4 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

3.4. Dívidas de terceiros, fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas de terceiros, a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.



[Handwritten signatures in blue ink]

3.5. Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

3.6. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

3.7. Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salário, subsídio de alimentação, diuturnidades, subsídio de férias e de Natal. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido

3.8. Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.9. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas não foram efetuados juízos de valor nem estimativas, nem foram utilizados pressupostos capazes de afetar as quantias relatadas de ativos e passivos, ou as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.10. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Centro Assistência Paroquial de Caria.

3.11. Fluxos de caixa

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos do Centro Assistência Paroquial de Caria.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Vitor' and 'Fus'.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	Período	
		31-12-2017	31-12-2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		515.882,62	505.504,00
Recebimentos de subsidios, doações e legados á exploração		380.050,22	373.669,86
Pagamentos a fornecedores		-252.716,31	-262.119,57
Pagamentos ao pessoal		-529.315,80	-468.233,23
Caixa gerada pelas operações		113.900,73	148.821,06
Outros recebimentos / pagamentos		-145.393,62	-148.179,67
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-31.492,89	641,39
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Activos fixos tangíveis		-11.211,16	-7.731,44
Investimentos financeiros		-2.575,51	-1.270,64
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Juros e rendimentos similares			121,45
Fluxos de caixa das actividades de investimentos (2)		-13.786,67	-8.880,63
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-45.279,56	-8.239,24
Caixa e seus equivalentes no inicio do período	3.6/10.2	256.302,89	264.542,13
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.6/10.2	211.023,33	256.302,89

3.12. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Conta	Período	
		31-12-2017	31-12-2016
Caixa (*)	11	42,51	
Depósitos à ordem	12	210.980,82	256.302,89
Total		211.023,33	256.302,89

(*) - Valores guardados em cofre para pequenas despesas e valores recebidos depositados no mês seguinte.

**4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:**

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	31-12-2017
Edifícios e outras construções	190.686,42	2.993,00	193.679,42
Equipamento básico	77.884,69	5.524,44	83.409,13
Equipamento de transporte	76.004,09		76.004,09
Equipamento de Administrativo	4.470,14		4.470,14
Outros activos tangíveis	2.429,25	5.187,49	7.616,74
Activo tangível bruto	351.474,59	13.704,93	365.179,52
Depreciações acumuladas	326.447,18	6.849,12	333.296,30
Activo tangível líquido	25.027,41	20.554,05	31.883,22

5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

No ano de 2013 tornou-se obrigatória a constituição de um fundo de compensação do trabalho para os funcionários admitidos a partir de 01/10/2013, registado numa conta de investimentos financeiros e valorizado pelo custo. O mapa que se segue reflete as aplicações efetuadas.

Descrição	Período	
	31-12-2017	31-12-2016
FCT	5.597,26	3.038,48
FRSS	271,40	271,40
Investimentos Financeiros	5.868,66	3.309,88



6. INVENTÁRIOS

Apresenta-se no quadro seguinte a variação das existências consumidas:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016	Variação
Saldo inicial	4.516,03	2.379,09	-
Compras	120.508,06	128.413,29	-6,16%
Saldo final	2.789,98	4.516,03	-
Gasto no exercício	122.234,11	126.276,35	-3,20%

7. RENDIMENTOS (Rédito e Ganhos)

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período.

Descrição	Período		Variação
	31-12-2017	31-12-2016	
Prestação de serviços	499.512,23	494.193,09	
Mensalidades / matriculas	477.982,71	470.320,38	1,63%
Comparticipação Utentes	20.821,52	23.176,71	-10,16%
Quotizações	708,00	696,00	1,72%
Subsídios à exploração	380.200,22	370.106,43	
Do estado e outros entes publicos	380.200,22	370.106,43	
ISS, IP - Segurança Social	343.475,56	343.371,17	0,03%
Outros	36.724,66	26.735,26	37,36%
Doações e heranças	5.810,65	3.563,43	
Doações	5.810,65	3.563,43	63,06%
Outros rendimentos	1.064,95	1.287,29	
Outros	1.064,95	1.287,29	-17,27%
Juros e rendimentos similares		121,45	
Juros obtidos		121,45	-100,00%
Total	886.588,05	869.271,69	1,99%



8. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

A contabilização dos subsídios à exploração é feita da seguinte forma:

- Os subsídios são contabilizados de acordo com o período a que o gasto corresponde
- No caso dos subsídios recebidos da segurança social são registados mensalmente de acordo com a sua atribuição. Em relação aos subsídios atribuídos pelo IEFP são registados de acordo com o valor dos gastos incorridos no período.

Descrição	Período	
	31-12-2017	31-12-2016
Subsídios, doações e legados à exploração		
ISS, IP - Segurança Social	343.475,56	343.371,17
Autarquias	25.509,74	17.478,18
IEFP	11.064,92	9.257,08
Outras Entidades	150,00	
Doações	5.810,65	3.563,43
Total	386.010,87	373.669,86

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

9.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de fornecedores/membros/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2017	31-12-2016
Activo		
Clientes / Utentes	8.789,03	8.217,50
Estado e outros entes públicos	5.136,31	4.868,41
Outras ativos correntes	115,77	1.942,97
Total do activo	14.041,11	15.028,88
Passivo		
Fornecedores	22.729,68	22.246,34
Estado e outros entes públicos	29.767,67	23.026,84
Outras passivos correntes	96.020,59	96.402,06
Total do passivo	148.517,94	141.675,24



9.2. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	42,51	
Depósitos à ordem	210.980,82	256.302,89
Total	211.023,33	256.302,89

10. Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes nos dois exercícios em análise:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2017	31-12-2016	
Remunerações do pessoal	527.103,75	460.923,75	14,36%
Encargos sobre remunerações	117.711,87	100.807,15	16,77%
Seguros acidentes trabalho	6.785,38	2.474,58	174,20%
Outros gastos com o pessoal	9.175,51	8.925,34	2,80%
Total	660.776,51	573.130,82	15,29%

Número médio de funcionários	63	62	1,61%
-------------------------------------	-----------	-----------	--------------

11. Outras informações

11.1. Acontecimentos após a data do balanço

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.



11.2. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2017	31-12-2016
Activos		
Imposto sobre o rendimento		30,37
Imposto sobre o valor acrescentado	5.136,31	4.838,04
Total	5.136,31	4.868,41
Passivos		
Retenção impostos sobre o rendimento	3.492,00	1.525,50
Imposto sobre o valor acrescentado	506,79	665,80
Contribuições para a segurança social	25.533,71	20.714,09
FCT/FGCT	235,17	121,45
Total	29.767,67	23.026,84

11.3. Fundo patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de fundo patrimonial apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2017	31-12-2016
Fundo Patrimonial	38.507,20	38.507,20
Resultados transitados	-16.437,50	-25.564,52
Resultado líquido do período	-45.421,49	9.127,02
Total	-23.351,79	22.069,70



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A.P.', 'V.B.', and 'J.M.'.

11.4. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2017	31-12-2016	
Trabalhos especializados	14.633,85	14.835,62	-1,36%
Vigilância e segurança		294,35	-100,00%
Honorários	19.643,25	27.311,00	-28,08%
Conservação e reparação	7.547,24	8.980,40	-15,96%
Serviços bancários		10,40	-100,00%
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	5.518,27	6.819,08	-19,08%
Material escritório	1.671,46	1.999,07	-16,39%
Artigos para Oferta	89,00		-
Material didático	706,58	520,47	35,76%
Outros Materiais	171,90	147,60	16,46%
Eletricidade	9.151,10	8.121,47	12,68%
Combustíveis	3.651,54	3.122,63	16,94%
Água	418,49	1.473,40	-71,60%
Gas	21.440,15	21.797,21	-1,64%
Gasóleo aquecimento	15.835,00	18.623,70	-14,97%
Deslocações e estadas	66,39	82,21	-19,24%
Rendas e alugueres	661,32	705,16	-6,22%
Comunicação	2.434,37	2.219,51	9,68%
Seguros	1.423,05	2.697,38	-47,24%
Limpeza, higiene e conforto	31.002,09	28.113,81	10,27%
Outros Serviços	5.297,69	7.147,04	-25,88%
Total	141.362,74	155.021,51	-8,81%

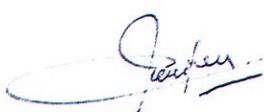



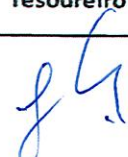


11.5. Outros gastos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de outros gastos e perdas apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2017	31-12-2016	
Impostos	245,91	64,00	284,23%
Segurança Social entidades contratantes 5%	388,80		-
Outros	73,29	583,01	-87,43%
Total	708,00	647,01	9,43%

Covilhã, 29 de março de 2018

Contabilista certificado	Presidente	Vice Presidente	Secretário	Tesoureiro
				
José Damasceno	Manuel Tomas Geraldès	José Manuel Monteiro Alves	Vitor Manuel Mendes Alves	Jorge Manuel Porfírio Gomes



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com o disposto na alínea c) do artigo 26º dos Estatutos e no cumprimento do mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal do Centro de Assistência Paroquial de Caria, submeter à vossa apreciação o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

Ao longo do período em apreço, acompanhámos a atividade da Instituição. Da análise dos elementos contabilísticos da Instituição, de informações recebidas da área institucional e das reuniões com a vogal da Direção mandatada para o efeito, constatámos o bom cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor.

PARECER

Somos de parecer que o Relatório e Contas da Direção respeitante ao exercício findo e as demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Centro de Assistência Paroquial de Caria em 31 de dezembro de 2017.

Assim e após a análise de todas as peças, com que concordamos, propõe o Conselho Fiscal:

1. Que seja aprovado o Relatório e as Contas do Centro de Assistência Paroquial de Caria, referentes ao exercício de 2017.
2. Que se manifeste o reconhecimento a todos os colaboradores que contribuíram para o progresso da Instituição.
3. Concordar com a proposta apresentada pela Direção no sentido de proceder à transferência das Reservas escrituradas em conta própria, para a conta de Resultados Transitados no sentido de cobrir prejuízos anteriores.

Caria, 29 de março de 2018

O Presidente

O Secretário

O Vogal

